

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MARECHAL DEODORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

**A Educação Ambiental para alunos que apresentam Transtorno do Espectro
Autista em uma Escola Municipal de Maceió: uma análise situacional**

Marechal Deodoro, AL
2024

ADRIANA PORTO DA SILVA

A Educação Ambiental para alunos que apresentam Transtorno do Espectro Autista em uma Escola Municipal de Maceió: uma análise situacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso *Latu Sensu* de Especialização em Educação e Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Marechal Deodoro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Oliveira dos Santos.

Marechal Deodoro, AL
2024



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
***Campus Marechal Deodoro* Biblioteca**
Dorival Apratto

S586e

Silva, Adriana Porto da.

A Educação ambiental para alunos que apresentam
Transtorno do Espectro Autista em uma escola municipal de
Maceió : uma análise situacional / Adriana Porto da Silva. – 2024.
48 f. : il., col.

Inclui bibliografia e apêndice.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação
e Meio ambiente) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Marechal
Deodoro*, Marechal Deodoro, 2024.

1. Educação ambiental. 2. Transtorno do Espectro Autista
(TEA). I. Título.

CDD: 371.9

Andreia Gomes de Azevedo
Bibliotecária –CRB-4/2164

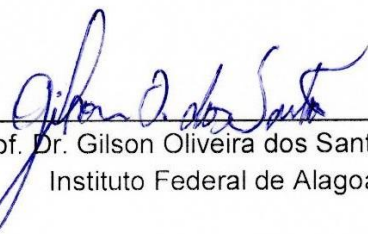
ADRIANA PORTO DA SILVA

A Educação Ambiental para alunos que apresentam Transtorno do Espectro Autista
em uma Escola Municipal de Maceió: uma análise situacional

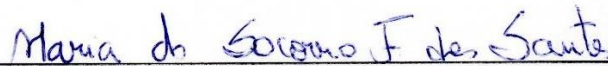
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso *Latu Sensu* de
Especialização em Educação e Meio
Ambiente do Instituto Federal de Alagoas,
Campus Marechal Deodoro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Educação e Meio
Ambiente.

Aprovado em: 14/12/2023.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Gilson Oliveira dos Santos (Orientador)
Instituto Federal de Alagoas - IFAL



Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira dos Santos
Instituto Federal de Alagoas - IFAL



Prof. Ma. Sheyla Karine Barbosa de Macêdo Dias
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Dedico este trabalho a todas as pessoas, que, de alguma forma, contribuíram para o bom êxito deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho nunca é fruto de uma só pessoa. Temos, na grande maioria das vezes um time, por trás que compõem sua base e lhe impulsiona para frente lhe fornecendo forças para o caminhar. Na realização deste TCC não foi diferente.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, de alguma, forma me auxiliaram. A Deus, primeiramente que sempre me guiou e deu forças para não desistira dessa jornada. Aos meus pais, Antônio e Cícera, que sempre acreditaram no potencial e fizeram de tudo para me proporcionar a melhor educação possível. A todos os meus irmãos que sempre estão ao meu lado em todas as empreitadas. A minha filha que enche a minha vida de alegria e amor e desejo de querer ser um ser humano melhor. Ao meu esposo, Carlos, que sempre me apoia em tudo que faço e finalmente ao meu professor e orientador Gilson, que sempre foi paciente comigo, apesar de minhas limitações.

Muito obrigada a todos!

.

RESUMO

Dada a crescente preocupação com a preservação dos recursos naturais bem como a questão de saúde, torna-se fundamental que a noção de preservação ambiental seja trabalhada desde cedo. Contudo, a Educação Ambiental constitui um processo de aprendizagem, longo e contínuo. Para implementar a Educação Ambiental (EA), a escola deverá transpor seus limites, permitindo a participação de todos. Embora as legislações nacionais e municipais ofereçam garantias para a inclusão, ainda há problemas na efetivação dessa inclusão, especialmente considerando alunos com transtorno do espectro autista (TEA). Esse trabalho teve como objetivo obter uma percepção de como a EA vêm sendo trabalhada com os alunos com TEA em uma escola Municipal de Maceió. Para isso, realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem de cunho qualitativo descritivo, em participantes da comunidade escolar (gestor/a, psicólogo/a, pedagogo/a e professores/as), tendo como instrumentos de coleta questionário e entrevista semiestruturada. Constatou-se que, embora haja no município de Maceió documentos que estabeleçam normas para o trabalho com a educação inclusiva, a efetivação de como isso pode ser feito ainda é um desafio para a escola. Na escola pesquisada, a maior parte dos participantes tem ideia das características peculiares de um estudante com transtorno do espectro autista, sobretudo as limitações na interação social, mas ainda há muitas dificuldades em saber como lidar com essa limitação de interação social, como também adequar conteúdo e material, especialmente se for relacionado a conteúdos de educação ambiental, transparecendo uma grande carência de formação que lhes assegure um trabalho cotidiano que realmente consiga incluir tais alunos.

Palavras-chaves: Educação Ambiental, Transtorno do Espectro Autista, Escola Municipal, Maceió.

ABSTRACT

Given the growing preoccupation on natural resources preservation, as well as health issues, it becomes fundamental that the notion of environmental preservation is addressed from an early age. However, Environmental Education constitutes a long and continuous learning process. In order to fulfill the role of Environmental Education, the school must transpose its limits, allowing for everyone to participate. Although national and municipal legislation offer guarantees for inclusion, there are still issues at implementing it, especially taking in consideration students who have autism spectrum disorder. This work aimed to provide an insight of how Environmental Education has been approached with students with autism spectrum disorder in a municipal school in Maceió. To reach that goal, applied research was conducted, with a descriptive qualitative approach, in participants of the school's community (manager, psychologist, pedagogue and teachers), having a questionnaire and semi-structured interview as collection instruments. It was possible to verify that despite of the fact that there are documents which establish rules for working with inclusive education in the municipality of Maceió, implementing the methodology for it is still a challenge for the school. In the researched school, most of the participants are aware of the peculiar characteristics of a student with autism spectrum disorder, mainly of the limitations in social interaction, but there are, nevertheless, a lot of struggles on how to deal with this difficulty on interacting, as well as how to adequate school content and materials, particularly if related to Environmental Education, revealing a great lack of training that ensures daily work that can truly include such students.

Keywords: Environmental Education, Autism Spectrum Disorder, Municipal School, Maceió.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS FORMAIS	13
2.2 O DESAFIO DE SE TRABALHAR COM DISCENTES COM TEA EM ESPAÇOS FORMAIS.....	14
2.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UM RECURSO DE SE TRABALHAR COM PESSOAS QUE APRESENTAM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	16
3. METODOLOGIA.....	18
3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	18
3.2 LEVANTAMENTO DO QUANTITATIVO DE ALUNOS COM TEA MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MACEIÓ.....	18
3.3 SELEÇÃO DA ESCOLA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO	18
3.4 REALIZAÇÃO DO CONTATO COM A EQUIPE DA ESCOLA PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA	20
3.5 COLETA DE DADOS PARA A PERCEPÇÃO SOBRE A PRÁTICA ESCOLAR EM ESTUDANTES COM TEA NA ESCOLA MUNICIPAL DE MACEIÓ.....	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	21
4.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO PARA A EQUIPE ESCOLAR A RESPEITO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADA AOS ESTUDANTES COM TEA	22
4.4 ANÁLISE DA ENTREVISTA REALIZADA COM A EQUIPE ESCOLAR A RESPEITO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADA AOS ESTUDANTES COM TEA	29
4.5 IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSIVA PARA OS ALUNOS COM TEA NA ESCOLA MUNICIPAL DE MACEIÓ	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES.....	44

1. INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, considerada a mais importante lei para a Educação Ambiental (EA), define os princípios referentes à EA a serem seguidos em todo o país.

No início da década de 1970, existiram projetos e programas voltados à Educação Ambiental no Brasil, mas só no final da década de 1980 é que as iniciativas mais concretas foram efetivamente realizadas (Nunes *et al.*, 2020).

Essa questão é reforçada no evento da 1ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, uma vez que colocou em pauta para discussão as relações entre desenvolvimento e meio ambiente e indicou a necessidade da implantação da EA (Leff, 2001). Nessa mesma conferência, reconhece-se a importância da EA para os públicos em geral e treinamento dos professores e o desenvolvimento de novos recursos instrucionais e métodos (Gimeno, 2002).

Nogueira (2019) pontua que os eventos mundiais que ocorreram anteriormente defendem o ensino formal como um dos eixos essenciais para que a EA pudesse ser incluída nos Sistemas Educacionais do Brasil. Segundo Lima (1999), a inserção da EA no currículo escolar teve uma abordagem interdisciplinar, ajustando-se às situações específicas de cada área do conhecimento. Sua abordagem deve incluir a totalidade. Desse modo, a escola é o espaço ideal para se promover a conscientização ambiental.

A educação formal é a modalidade que mais se tem familiaridade, pois é o campo institucionalizado das práticas educativas, regidas inclusive por legislação específica, sendo a única modalidade obrigatória e legalmente legitimada (Nunes *et al.*, 2020).

A inserção da EA e da Educação Inclusiva em Maceió não é algo recente. Cerca de três décadas atrás já havia iniciativa instigando o trabalho com temáticas voltadas para a EA. Conforme Rodrigues *et al.* (2022), o início dessa jornada foi marcado pela formação continuada de técnicos da Secretaria Municipal de Educação e logo em seguida de professores e coordenadores pedagógicos da rede de ensino. Posteriormente, esse movimento ganhou mais espaço no fazer pedagógico com a

elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, 2000) e com a Instituição da Lei 9795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

Rodrigues *et al.* (2022), no VIII Congresso Nacional de Educação (CONEDU), relataram que o ensino da EA na rede municipal de ensino de Maceió já é uma prática de cerca de 30 anos, construída na base legal nacional e em documentos de referências locais e nacionais. O trabalho com EA nessa cidade, começou com a formação para os técnicos da Secretaria Municipal de Educação e, posteriormente, para professores e coordenadores pedagógicos. A partir daí, algumas ações foram realizadas nas escolas, como projetos pedagógicos temáticos e uma Agenda 21 própria para a Instituição.

Já Pimentel *et al.* (2016), no III CONEDU, apresentaram uma pesquisa feita em 40 escolas da Rede Municipal de Ensino, em Maceió, Alagoas, objetivando avaliar as práticas de EA, com as pessoas envolvidas no processo e os principais desafios para se trabalhar as temáticas nessa área. As autoras puderam concluir que os temas mais trabalhados dentro da EA estão relacionados com o lixo, proteção verde e degradação dos mananciais. Assim, apesar dos desafios, o município de Maceió já trabalha há um tempo a EA em suas instituições de ensino público.

A educação inclusiva é um tema complexo e tem sido amplamente discutido no meio educacional. Um documento considerado como um marco do movimento mundial pela inclusão é a Declaração de Salamanca, estabelecida durante a Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca, Espanha, em 1994 (UNESCO, 1994). Nela foi reafirmada o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência em se provê educação inclusiva que envolva pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (Lima, 2022).

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu artigo 208, estabeleceu a integração escolar como preceito constitucional, preconizando o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, prioritariamente na rede regular de ensino. A Constituição Brasileira (1988) assegurou a todos o direito de todos à educação, garantindo-se, assim, o atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais (Moreira, 2022).

No que se refere ao contexto das mudanças ocorridas nas políticas públicas educacionais do Brasil, teve seu percurso iniciada com a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes em 1989, que estabeleceu padrões para a

proteção dos direitos de todas as crianças e adolescentes, entre eles, àqueles relacionados à educação. A partir desta, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, promulgada no Brasil em 2009 por meio do Decreto nº 6.949 (Brasil, 2009), e depois através da Lei Federal n.º 13.146 (Brasil, 2015), denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, garantiu a educação inclusiva para pessoas com necessidades especiais (Moreira, 2022). Já especificamente em relação ao transtorno do espectro autista, em 2012 foi estabelecida a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, por meio da Lei Federal nº 12.764/2012, Lei Berenice Piana (Brasil, 2012).

O município de Maceió, na esteira das legislações federais, estabelece na Resolução nº 01/2016 do Conselho Municipal de Educação, normas para a educação especial na perspectiva de educação inclusiva (Lima, 2022).

O transtorno do espectro autista (TEA) afeta o neurodesenvolvimento. Caracteriza-se pelas dificuldades comportamentais que regulam a comunicação e a interação social, carência de contato visual, incapacidade ou demonstração inapropriada de afeto. Pessoas com TEA apresentam estereotípias características, como padrões comportamentais repetitivos e específicos (APA, 2014). Assim, pessoas que desenvolvem esse transtorno percebe e vive o mundo ao seu redor de maneira distinta das demais, o que gera necessidade de integração, proteção e tratamento (Lima; Morong, 2017).

Dados do Censo escolar de 2022 (Brasil, 2022) revelaram que o número de alunos com TEA vêm aumentando consideravelmente nas classes comuns do Brasil. No ano de 2017 eram 77.102 crianças e adolescentes matriculados, já em 2018 esse número aumentou para 105.842 alunos. No censo de 2022, esse número passou para 405.056 alunos (Brasil, 2022), um aumento de cerca de 382% em relação a 2018. O Censo escolar de 2022 também indica que em Maceió teve 1.730 alunos matriculados com TEA. Nota-se então a necessidade de que a escola busque maneiras para inserir essas pessoas no ambiente escolar, inclusive como forma de integração delas em seu meio social.

Observando o que foi exposto acima, nota-se o quão importante se perceber como e de que forma a escola trabalha as relações estabelecidas entre o meio ambiente, a Educação Ambiental de forma inclusiva e a criança com TEA.

Assim, o presente trabalho tem o objetivo realizar uma verificação de como a EA vêm sendo trabalhada com os alunos com TEA em uma escola Municipal de

Maceió. Mais especificamente, pretende-se analisar a percepção da gestão, pedagogia e professores a respeito da prática EA em alunos com TEA nessa escola municipal de Maceió, como também identificar os desafios enfrentados pelos profissionais da instituição para que se implementem metodologias que aproximem a educação ambiental e a educação inclusiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS FORMAIS

Com o término da Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir da década de 1960, a humanidade se deu conta do quanto suas ações caminhavam aceleradamente para o esgotamento ou a inviabilização de recursos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Assim sendo, fazia-se necessário mudanças nas formas de ocupação do planeta estabelecidas pela cultura dominante. Esse tipo de constatação estimulou o movimento em defesa do meio ambiente, que luta para diminuir o ritmo acelerado de destruição dos recursos naturais ainda existentes e busca alternativas que conciliem na prática, a conservação da natureza com a qualidade de vida das populações que dependem da mesma (Cascino, 2000).

O atual cenário de catástrofes ambientais, como: secas, enchentes, aquecimento global, vêm sendo constantemente apresentados pelas mídias (Oliveira, 2002). O autor pontua ainda que a melhor forma de mudar essa situação é através da educação, seja ela de cunho formal, não formal. Por meio da EA é possível estabelecer práticas e reflexões que consolidem valores voltados à sustentabilidade, à justiça social e à preservação da vida (Loureiro, 2005).

A EA formal está regulamentada pela Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 2017). Assim, essa Lei estabelece, em seu inciso II do artigo 3º, que às instituições educativas, devem promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Sendo assim, por lei, as escolas devem integrar em seus currículos as discussões acerca do meio ambiente de uma maneira holística e transversal, perpassando por todos os componentes curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências etc.) de modo que os alunos compreendam a importância da conservação e preservação dos recursos naturais para a manutenção da vida no planeta.

A jornada da EA em Maceió, Alagoas, já ocorre há cerca de três décadas, segundo Rodrigues *et al.* (2022). Esses autores mencionam que a temática foi alicerçada com base em documentos locais e nacionais. A priori houve formação continuada para os técnicos que compunham a Secretaria Municipal de Educação. Na sequência, estendeu-se aos professores e coordenadores pedagógicos. As

formações que ocorreram serviram de incentivo para a realização de diversas atividades nas escolas voltadas a EA, como projetos temáticos e elaboração de uma agenda 21 nas escolas. O mesmo trabalho pontua, ainda, que nos dias atuais A Coordenação de Educação Ambiental da rede é de responsabilidade do Setor de Educação Ambiental e Sustentabilidade, que orienta as escolas com base em uma meta específica de Educação Ambiental no Plano Municipal de Educação de Maceió, e também no que indica os Referenciais Teóricos Municipais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, sendo esses dois documentos grandes avanços para a construção da EA na cidade de Maceió.

2.2 O DESAFIO DE SE TRABALHAR COM DISCENTES COM TEA EM ESPAÇOS FORMAIS

É de extrema relevância a inserção de atividades no campo da EA aos alunos com TEA, uma vez que essas pessoas, como todas as outras, possuem o direito à educação, como pontua os artigos 205 e 206 da Constituição Federal Brasileira de 1988, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. A Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das pessoas com o TEA. Desse modo, a lei exige a inclusão de crianças com TEA na rede regular de ensino e orienta a capacitação de profissionais da educação, quanto ao ensino adequado com alunos que apresentam tal necessidade.

A Lei, supracitada, representa o reconhecimento do Estado brasileiro da presença de pessoas com TEA no espaço escolar, dando-lhes uma legislação própria no sentido de assegurar os seus direitos, considerando também suas limitações, sem que essas possam ser vistas como empecilho para o seu desenvolvimento integral. Todavia, faz-se necessário estabelecer ações concretas que favoreçam efetivamente essas crianças e adolescentes.

O TEA apresenta causas neurobiológicas. Caracteriza-se, basicamente, por dificuldades quantitativas e qualitativas bem abrangentes e que afetam, mais precisamente, as áreas da comunicação, interação social e comportamento (Schwartzman, 2011). Desse modo, indivíduos com TEA podem ter a preocupação em alinhar objetos, ação ritualística de movimentar-se, bater palmas, andar em círculos ou repetir palavras.

Considerando que pessoas com TEA possuem comprometimento nas áreas da interação social, comunicação e comportamento, faz-se necessário que os profissionais que trabalhem com elas, utilizem estratégias que promovam a aquisição ou aperfeiçoamento de habilidades. Nesse contexto, as intervenções educacionais devem ser bem direcionadas a esse público. Para tal, é necessário que haja um planejamento individualizado de modo a promover aprendizagem aos discentes com TEA (Silva, 2009). Assim, os profissionais que lidam diariamente com os estudantes com TEA devem estar preparados ou ter a clareza de buscar formação para desenvolverem um trabalho específico no ensino regular com esse grupo de pessoas. Tardif (2007, p. 36) afirma que o saber docente: “[...] se constitui em um ‘saber plural’, formado pelo amálgama mais ou menos coerente de saberes oriundos da formação profissional e de saberes curriculares: experienciais e disciplinares”.

Lima (2022), pontuou que foi organizada na cidade de Maceió a II Jornada de Educação Especial que embasou o surgimento do Plano Plurianual 2001-2004, que tinha como objetivo o respeito a diversidade a partir das diretrizes comuns à rede. As finalidades reais desse documento eram: a permanência com sucesso; a universalização do acesso; o desenvolvimento de uma política de formação continuada para aos professores.

É importante destacar que pessoas com TEA, assim como qualquer cidadão brasileiro têm os seus direitos garantidos pela Constituição Brasileira de 1988, sobretudo o acesso e a manutenção no ensino regular. Isso é ainda reforçado pela Lei Berenice Piana, de 2012. Ou seja, o Estado reconhece que essas pessoas devem ter os seus direitos garantidos, dando-lhes uma legislação própria.

De acordo com Lima (2022), o município de Maceió conta com três documentos que regem a inclusão de alunos com TEA: Plano Municipal de Educação, referente ao período de 2015 a 2025; Resolução 01/2016 do Conselho Municipal de Educação (COMED), que preconizam em seus capítulos 1 e 2, normas para a Educação Especial para a inclusão na rede Municipal em Maceió. Essa mesma Resolução cita a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE); e o Guia de Educação Especial para a inclusão na Rede Municipal de Maceió.

Lima (2022), em seu trabalho, menciona que o documento DEE-SEMED de 2013, apresentam dados da inclusão de alunos com deficiência no sistema de ensino da cidade de Maceió, sendo 494 discentes matriculados em 46 escolas do município

nesse ano. As condições que mais se destacam que acometem esses alunos são: deficiências mental, auditiva, física e visual.

Ainda segundo Lima (2022), em 2021 foram matriculados na Educação Especial 3116 alunos, dados esses fornecidos pela Coordenadoria Geral de Educação Especial. Lima (2022) ainda vai além: entre os anos de 2018 e 2019 houve um acréscimo de alunos com TEA matriculados na rede Municipal de Ensino. Em 2020 houve um ligeiro declínio e em 2021 as matrículas desse grupo de estudantes voltaram a subir.

2.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UM RECURSO DE SE TRABALHAR COM PESSOAS QUE APRESENTAM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Pessoas com TEA apresentam um desenvolvimento comprometido nas áreas da interação social, comunicação e comportamento. Sendo que suas características variam, conforme a maneira como se manifestam e o grau de severidade. Nesse sentido, essas tríades de características não estarão presentes da mesma forma nos diversos indivíduos (APA, 2014).

A prática docente exige do professor um olhar diferenciado frente ao processo ensino aprendizagem de seu discente. Segundo Souza (2014), é necessário que se tenha clareza da concepção de prática pedagógica. A autora considera ainda que esses processos de desenvolvimento, ensino e aprendizagem são pautados na influência do meio onde se está inserido com o estudo do homem em sua instância humana sócio-histórica.

O cotidiano da sala de aula deve ser pautado em situações entre realidade e conhecimento adquirido, tornando o aprendizado mais significativo para o aluno (Freire, 1996). Assim, Moran (2007) pontua a forma como as aulas são ministradas, sem o estabelecimento de um link com o dia-a-dia do estudante. Para além disso, é interessante destacar o trabalho docente significativo e específico a cada sujeito, uma vez que a escola é um espaço de diversidade e a sala de aula é um ambiente heterogêneo.

Nesse sentido, a EA visa então ensinar o indivíduo (cidadão) a participar da sociedade, conhecendo e tomando decisões com relação aos problemas sociais que envolvem os diversos campos da área científica tais como: poluição, saúde, água, alimentação, epidemias por vírus desconhecidos (Zakrzewski, 2003).

A EA atualmente pode ser entendida como um tema transversal que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é compreendido como um conjunto de conhecimentos que envolvem Meio Ambiente, Ética, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual (Secretaria de Educação Fundamental, 1997)

Uma questão fundamental a ser levantada é que nem todo professor está preparado para trabalhar a sua disciplina relacionando-a com a Educação Ambiental e a realidade do local (Penteado, 2000). Pedrini (1997) menciona que devido à característica interdisciplinar que envolve EA, dificilmente esta é entendida pelos educadores, porque eles estão acostumados a relacioná-la a atividades específicas, como por exemplo, a coleta seletiva ou a organização de hortas. Muitos professores acreditam que uma simples observação do dia-a-dia ou um acontecimento na natureza estão trabalhando a EA. Pensar em EA é mudar totalmente a visão do mundo e passar a considerar que cada parte tem valor em si próprio e como parte do conjunto.

Dessa maneira, incluir temáticas relacionadas à EA para os estudantes com TEA é mais um recurso a trazer diversidade no processo ensino aprendizagem, gerando autonomia para os alunos com tal condição.

3. METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA PESQUISA

A presente pesquisa é de natureza aplicada, sua abordagem é de cunho qualitativo descritivo.

O objetivo geral da pesquisa foi verificar como é trabalhada a EA com discentes que apresentam TEA numa escola municipal de Maceió, Alagoas. Para tal, fez-se necessário o levantamento do quantitativo de estudantes, preferencialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, com o TEA matriculados no Ensino Básico. A partir daí, escolheu-se uma escola com o maior número de discentes com TEA e que ficasse o mais próximo possível da residência da pesquisadora. Após isso, buscou-se então conhecer e analisar a percepção da gestão, coordenação pedagógica, professores e toda a equipe que de alguma forma lida com esses alunos a respeito de como é trabalhada a Educação Ambiental com esse grupo de estudantes.

3.2 LEVANTAMENTO DO QUANTITATIVO DE ALUNOS COM TEA MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MACEIÓ

Para se ter conhecimento do quantitativo de estudantes com o TEA matriculados na rede pública municipal de Maceió, para isso se buscou dados nos trabalhos de Lima (2022) e Moreira (2022), bem como o Censo Escolar 2022 (Brasil, 2022).

3.3 SELEÇÃO DA ESCOLA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO

A partir do conhecimento da quantidade de estudantes com TEA matriculados na rede municipal da cidade de Maceió, foi escolhida a escola na qual a pesquisadora tinha mais contato para realização do trabalho, além de conter um certo quantitativo de alunos com TEA matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental.

Sendo assim, foi escolhida a Escola de Ensino Fundamental Dr. José Haroldo da Costa está localizada na rua Dr. Júlio César Mendonça Uchôa, S/N - Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, que atende um número de 973 discentes matriculados no ano de 2023, dos quais 41 apresentam alguma necessidade especial. Não foi possível quantificar o número de alunos com TEA na escola, pois a mesma se encontra sem o

profissional da sala de recursos, que é o profissional responsável em fazer esse levantamento. As Figuras 1 e 2 mostram a fachada da escola.

Figura 1 – Fachada da Escola Municipal Dr. José Haroldo da Costa.



Fonte: Aurora, 2023.

Figura 2 – Fachada da escola demonstrando a presença de algumas árvores logo na estrada.



Fonte: Aurora, 2023.

3.4 REALIZAÇÃO DO CONTATO COM A EQUIPE DA ESCOLA PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA

Nos meses de fevereiro a abril de 2023, realizou-se a coleta de dados para analisar a percepção dos gestores e professores a respeito da prática da EA na escola municipal, bem como as suas contribuições para o melhoramento do processo de aprendizagem.

Para tal, fez-se inicialmente uma conversa com gestor/a, psicólogo/a, pedagogo/a e professores/as para explicar a importância da pesquisa, tanto para a gestão escolar quanto para a prática docente.

3.5 COLETA DE DADOS PARA A PERCEPÇÃO SOBRE A PRÁTICA ESCOLAR EM ESTUDANTES COM TEA NA ESCOLA MUNICIPAL DE MACEIÓ

A fim de se fazer uma análise da percepção da EA voltada para estudantes que tenham TEA, gestor, psicólogo, coordenador pedagógico e professores responderam questionário e foram submetidos a uma entrevista semiestruturada.

Os participantes receberam e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual constava todas as informações sobre a pesquisa e da participação deles nela, além do termo de autorização de depoimento e voz para a pesquisa.

Foi entregue um mesmo questionário a todos os participantes da pesquisa. Infelizmente, esse documento não pôde ser devolvido no mesmo dia, porque muitos dos profissionais da escola alegaram não ter tempo naquele momento para responder as perguntas. Devido a isso, foi acordado um prazo de uma semana para que devolvessem o questionário respondido.

Já o procedimento adotado para a realização da entrevista foi diferente do adotado para o questionário. Nesse caso, houve um roteiro de entrevista diferenciado para cada tipo de participante (gestor/a, psicólogo/a, pedagogo/a e professores/as), como também se fez o uso do gravador de voz do celular da pesquisadora para registrar as respostas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Ambiental possibilita ao sujeito refletir a respeito do papel do ser humano nas complexas relações entre ser humano e natureza, para que diante disso, decisões possam ser tomadas nos enfrentamentos dos problemas ambientais, relacionando-os com aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais (Nogueira, 2019).

Desse modo, foram analisadas as concepções dos profissionais da Escola Municipal Dr. José Haroldo da Costa, no que diz respeito à prática da EA voltada para os discentes que apresentam TEA.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Teve-se como participantes desse trabalho um total de 7 (sete) pessoas. Com a finalidade de resguardar os participantes da pesquisa, eles serão representados pelas seguintes siglas:

- Gestor, será representado pela sigla PG (participante gestor);
- Coordenador pedagógico, PCP (participante coordenador pedagógico);
- Psicóloga, PPE (participante psicóloga educacional);
- Professor, PPR (participante professor, sendo: PPR1, PPR2, PPR3 e PPR4).

Informações referentes ao perfil dos participantes da pesquisa podem ser vistas na Quadro 1.

QUADRO 1 – Perfil dos participantes da pesquisa da Escola Municipal Dr. José Haroldo da Costa, 2023.

PARTICIPANTES	FORMAÇÃO	ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA
PG	Pedagogia	Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	17 anos.
PCP	Pedagogia e Arte	Coordenação Pedagógica	4 anos
PPE	Psicologia	Psicologia Educacional e Mestrado em Serviço Social	2 anos
PPR1	Biologia	Apenas graduação	
PPR2	Letras - Licenciatura	Especialização em Língua Inglesa	2 anos
PPR3	Matemática - Licenciatura	Apenas a graduação	1 ano
PPR4	Licenciatura em História e Música	Apenas graduação	1 ano e 6 meses

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

4.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO PARA A EQUIPE ESCOLAR A RESPEITO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADA AOS ESTUDANTES COM TEA

Foi entregue aos participantes (quatro professores, coordenação pedagógica, gestão e psicologia) um questionário a fim de verificar a percepção sobre a prática da EA. As respostas obtidas estão apresentadas no Quadro 2.

Em relação ao desenvolvimento de projetos voltados à EA na escola, com exceção do participante PCP, os demais, PG, PPR1, PPR2, PPR3 e PPR4 foram unânimes em afirmar que atualmente eles não são desenvolvidos na escola, como poder ser notado no Quadro 2. No entanto, foi informado que antes da pandemia do Covid-19 havia o Projeto Horta. Deve-se destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), trazem temas a serem trabalhadas com a EA de forma transversal (BRASIL, 1998). Portanto, é importante que toda comunidade escolar se empodere sobre o que há nos PCNs, a fim de que não só haja projetos voltados EA, como também que ela seja trabalhada de forma transversal pelas disciplinas.

Em relação a percepção sobre quais estratégias devem ser aplicadas no trabalho com estudantes que apresentam TEA, percebeu-se que metade dos professores conseguiram apontar algumas estratégias, tais como: a importância desses discentes serem bem acompanhados; a realização de jogos e oficinas; o desenvolvimento de materiais adequados as necessidades desses estudantes; o trabalho com a coordenação motora e a visualização.

Contudo, a outra metade dos professores, disseram não ter formação que os possibilite desenvolver estratégias para o trabalho com estudantes que apresentem TEA. Esse segundo bloco de afirmações está de acordo com o que foi apresentado por Ribeiro *et al.* (2017), em seu estudo sobre “A inclusão de estudantes com Autismo na rede municipal de Maceió”, no qual apontou que há um déficit significativo na formação específica dos professores para trabalharem com esse grupo de estudantes. Deixando claro portanto, a dificuldade dos docentes em desenvolver, no cotidiano, estratégias que incluam essas crianças/adolescentes no processo de aprendizagem.

Já para o PG, é importante que haja uma rotina para esses estudantes, um ambiente adaptado as suas realidades e estímulos visuais.

O PCP, pontuou a importância de atividades lúdicas com esses estudantes, sem especificar quais, atividades que envolvam o contato com a terra.

O PPE, enfatizou a importância de se ter o Atendimento Educacional Especializado (AEE) funcionando na escola com pessoas bem formadas para atender os alunos com necessidades especiais. Infelizmente no atual momento essa sala de recursos não apresenta um profissional específico, uma vez que a SEMED ainda não o enviou à escola.

Em relação a importância do desenvolvimento de temas voltados a EA na escola, sobretudo aos discentes com TEA, todos os professores (PPR 1,2,3,4) consideraram importante e apontaram aspectos relacionados a isso, mas também houve a preocupação de que tenha profissional treinado (pessoa para auxiliar) fazendo o acompanhamento de aluno especial. Entretanto, não foi explicitado de que forma se dá essa importância. Isso reforça a necessidade do empoderamento da comunidade escolar sobre que os PCNs trazem em relação ao trabalho de temas voltados a EA.

Agora, o PG disse que trabalhar EA é capacitar a comunidade escolar para se portar diante de algumas questões (sem mencionar quais) e ter melhor convivência.

Para o PCP, trabalhar temática ambientais é se envolver e até passar muros, sem especificar como seria possível isso. Enquanto que para o PPE, essas temáticas estimulam o sensorio motor da criança.

Em relação a atuação da gestão acerca do incentivo em realizar atividades voltadas a EA, o corpo docente ficou dividido: uma parte mencionou que sim, inclusive para que esses trabalhos sejam realizados de forma interdisciplinar, como falou o PPR1; o PCP também confirmou essa atuação. Agora, o PG disse que esse incentivo se deu no início de 2020 na introdução do “Projeto Horta”. Já o PPE disse desconhecer que haja esse incentivo.

Considerando o fato de a escola possuir área arborizada ou horta, todos os participantes foram unânimes em dizer que não há horta, embora tenha havido iniciativa de se implantar uma. Porém, devido a pandemia da Covid-19, esse projeto não foi concretizado até os dias atuais. A maioria dos participantes da pesquisa concordaram que a escola tem área arborizada, apenas os participantes PPR1 e PPR4 mencionaram não existir área arborizada na escola, embora as imagens da parte interna da escola apresentadas mostrem algum tipo de arborização na escola (ver Figuras 3 e 4). Provavelmente esses participantes não conheçam toda área da escola.

Figura 3 – Área interna da escola localizada na parte posterior da cozinha.



Fonte: Autora, 2023.

Figura 4 – Espaço com formação vegetal localizada na parte interna da escola, ao lado da biblioteca.



Fonte: Autora, 2023.

No que diz respeito às características observadas em alunos com TEA, apenas um participante não soube informar nenhuma característica. No entanto, os demais pontuaram algumas características, sobretudo a dificuldade da interação social que esses estudantes apresentam. Segundo APA (2014), o autismo é uma condição caracterizada pela dificuldade nas interações sociais, comunicação e comportamento. É interessante notar que o PPR1 menciona que esses meninos apresentam um

“relacionamento fechado”, interligando essa percepção com a de Oliveira, 2009, que pormenoriza a definição de autismo: “autos”, que quer dizer próprio e “ismo”, significa uma pessoa fechada, reclusa em si.

Considerando a questão se há incentivo aos professores para se trabalhar EA, o corpo docente e o participante PPE mencionaram que não, resposta essa contraditória ao que foi falado pela gestão, já o participante PCP citou que há incentivo quando se relaciona a preservação ambiental.

Em relação ao tipo de material pedagógico disponibilizado para o trabalho com os estudantes com TEA, os participantes PG e PCP citaram o uso de jogos pedagógicos, porém apenas o primeiro participante especificou quais jogos seriam esses. O segundo participante ainda mencionou o uso da sala de AEE com atendimento específico para os alunos com tal necessidade, informando que isso ocorre em determinado horário para não privar o aluno do convívio com os demais colegas. O participante PPR1 também mencionou a sala de recursos como material de apoio para lidar melhor com os estudantes com TEA. Agora, os participantes PP, PPR2, PPR3 e PPR4 mencionaram não ter conhecimento a respeito da disponibilização de materiais para se trabalhar com discentes TEA.

No quesito dos desafios enfrentados para se trabalhar EA, sobretudo com alunos TEA, a falta de formação dos docentes foi a resposta que mais predominou (PG, PPE, PPR1 e PPR3), acompanhada da falta de um olhar mais direcionado para esse público de estudantes por parte dos gestores, tanto no que concerne a formação continuada dos docentes, quanto em relação aos materiais adequados para se trabalhar com esses meninos e meninas.

QUADRO 2 – Respostas obtidas pela aplicação do questionário aos profissionais da Escola.

QUESTÃO	RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES							
	PG	PCP	PPE	PPR1	PPR2	PPR3	PPR4	
1	A escola desenvolve projetos voltados à EA?	No momento não.	Sim. A preservação do meio ambiente. E a construção de uma horta que quase se consolidou.	Não se aplica	Não	Não	Antigamente existia o projeto horta. Mas atualmente não existe mais.	Não.
2	Quais estratégias devem ser aplicadas no trabalho com estudantes que apresentam TEA?	Rotina, adaptação ao ambiente escolar, estímulos visuais, antecipação, aceitar desafios.	Metodologias lúdicas. Presencialmente com eles. O contato com a terra.	Manter o AEE funcionando e com profissionais capacitados.	Acompanhamento na escola; jogos; trabalhos de oficinas; desenvolver material adequado.	Não sei. Pois não tenho nenhuma formação e nem entendimento de como trabalhar com tais estudantes.	O trabalho com TEA é mais voltado a coordenação motora, a visualização do seu espaço físico, embora não haja ambiente adequado ao seu desenvolvimento.	Não possuo treinamento para o trabalho com autista, uma vez com aluno TEA em sala, irei precisar de auxiliar treinado.
3	Qual a importância do desenvolvimento de temas voltados a EA à (na) escola, sobretudo aos discentes com TEA?	Trabalhar a Educação Ambiental é capacitar a comunidade escolar para que saibam se posicionar em questões, uma melhor convivência.	É fundamental. A comunidade precisa se envolver e até passar os muros.	Se trabalhar o sensoriomotor.	Conscientização; participação; socialização e compartilhamento.	Acredito que a EA traria ao ambiente escolar um impacto positivo aos alunos com TEA e aos demais. Incentivaria os alunos a olhar melhor	Os alunos aprendem que a reciclagem e a preservação do meio ambiente são importantes para a saúde do planeta.	De suma importância, desde que tenha profissional treinado (auxiliar) fazendo o acompanhamento de aluno especial.

						para a natureza, sua beleza e seus benefícios.		
4	Há atuação da equipe gestora na atuação e realização de atividades da EA?	Em 2020 quando implantamos a horta escolar, sim.	Sim.	Desconheço.	Sim. Trabalhos interdisciplinares em sala de aula.	Não.	Sim, quando o projeto é implantado na escola, a gestão dá apoio e condição para o seu desenvolvimento.	Não.
5	A escola possui tem área arborizada, hortas ou outros espaços para se trabalhar EA?	Sim. Esses espaços estão sendo avaliados pela SEMED para desenvolver trabalhos na área ambiental.	Possui área arborizada. Mas o Projeto Horta não se consolidou por conta da Covid-19.	Só as árvores.	Não.	A escola possui área arborizada e espaço que poderia servir para fazer uma horta, por exemplo.	Sim. A escola é bastante arborizada. Já a horta foi destruída por não existir a continuidade desse projeto na escola.	Não que eu saiba.
6	Quais as principais características observadas em alunos com TEA?	Dificuldade de interagir socialmente, hipersensibilidade e auditiva, dificuldade de comunicação...	Hipersensibilidade e ao barulho, isolamento social e dificuldade de interação, inclusive com os professores	Restrição da fala, Dificuldade das relações sociais, comprometimento intelectual de alguma forma.	São inquietos; Tempo de concentração; a distração, o relacionamento fechado.	A falta de concentração, o, atenção, o desinteresse pela sala de aula, pelas atividades e pelos colegas.	Dificuldade de relacionamento com os colegas, a falta de concentração e atenção e a dificuldade na coordenação motora.	Não sei responder.
7	Há incentivo aos professores para se trabalhar projetos ambientais	Sim.	Da preservação ambiental, sim.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não que eu saiba.

	incluindo alunos com TEA?							
8	Que tipo de material pedagógico é disponibilizado para o trabalho para a inclusão de estudantes com TEA?	Material de apoio (jogos, encaixe, massa de modelar, ...) e atividades adaptadas.	Jogos pedagógicos. Sala de AEE. Confecção de livros manuais (nos horários específicos).	Não vejo.	Apenas a sala de apoio.	Se há algum material pedagógico, eu desconheço.	Que eu conheça, nenhum.	Para mim, nenhum, todavia, não saberia responder se os auxiliares recebem material específico.
9	Quais desafios enfrentados para se trabalhar a EA na escola, sobretudo com alunos que apresentam TEA?	A falta de conhecimento dos próprios educadores.	Não estar priorizando alguns projetos, como o da Horta.	Falta de um olhar político voltado para a inclusão; formação dos professores.	Falta de preparação dos professores; formação continuada.	A falta de interesse dos gestores e de recursos para isso.	O tempo disponível, falta de pessoas capacitadas para o trabalho com alunos com TEA e falta de incentivo por parte do governo.	Todos. À espaço disponível, mas até o momento não é de meu conhecimento a iniciativa de projeto para o trabalho de EA.

Fonte: Elaborado pela autora (dados da pesquisa, 2023).

4.4 ANÁLISE DA ENTREVISTA REALIZADA COM A EQUIPE ESCOLAR A RESPEITO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADA AOS ESTUDANTES COM TEA.

As pessoas que participaram dessa pesquisa também passaram por uma entrevista com um roteiro de questões, elaboradas de acordo com a função que exercem na escola.

Em relação a prática da EA no contexto escolar, é importante destacar que essa questão foi abordada com todos os participantes da pesquisa, exceto a PPE. Os resultados estão apresentados no Quadro 3.

QUADRO 3 – Respostas da gestão, coordenação pedagógica e professores referentes a percepção sobre a prática da educação ambiental no contexto escolar, 2023.

PARTICIPANTE	Percepção sobre a prática da educação ambiental no contexto escolar
PG	A EA é tratada com muita responsabilidade, no sentido de ser uma área que, além de gerar vida ela gera conhecimento, desse modo tenho um cuidado e um carinho especial com essa área, apesar das limitações enfrentadas.
PCP	EA é algo importantíssimo dentro de um contexto em que o Meio Ambiente fala por si só e todas as pessoas que são integradas a escola têm o dever de perpetuar a Educação Ambiental, inclusive deve correlatar ao contexto escolar.
PPR1	A EA no âmbito escolar deve ser no contexto de conscientização do alunado da importância da preservação do meio ambiente, pois a vida no planeta depende de todas as nossas ações. Tornando-se um cidadão consciente e que pense na continuidade dos recursos da Terra.
PPR2	A EA tem relação com a construção de uma horta. A manutenção de um ambiente sem lixo e mais arborizado.
PPR3	A prática da EA na escola é importante e os alunos precisam ter a consciência de preservar o meio ambiente.
PPR4	Nas minhas aulas eu faço uma fala sobre as questões ligadas a EA como a importância de se manter o ambiente limpo, não destruir os recursos. Não realizo nenhum projeto voltado com essa temática.

Fonte: Elaborado pela autora (dados da pesquisa, 2023).

Observando-se as respostas expostas no Quadro 3, percebe-se que tanto a PG quanto a PCP consideram importante a EA no contexto escolar, mas nenhuma delas fez menção sobre a prática. Isso transparece que há um certo desconhecimento sobre o que há nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), pois lá há temas a serem trabalhados com a EA de forma transversal (Brasil, 1998). As temáticas relacionadas a EA envolvem o meio ambiente como um todo. Então, todos os

conhecimentos científicos e práticos humanos devem estar entrelaçados, de modo a oferecer ao educando uma compreensão do ambiente em que vive, intervindo neste no momento oportuno de forma coletiva e permanente (Pimentel *et al.*, 2016)

Já os participantes professores (PPR1, PPR2, PPR3, PPR4), percebem a prática em EA apenas como algo ligado a conscientização para a preservação do meio ambiente. Isso colabora com a análise feita sobre as respostas dadas para o questionário, ou seja, que há necessidade de empoderamento sobre o que traz as PCNs em relação a como trabalhar os temas relacionados a EA. Para os PCNs, ao se trabalhar EA se ensina e se aprende que essa prática é um agente transformador para tomada de consciências ambiental, levando a mudanças de comportamento, valores, atitudes de cidadania (Brasil, 1998).

QUADRO 4 – Respostas obtidas por meio da entrevista realizada com os profissionais da Escola.

QUESTÃO	RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES						
	PG	PCP	PPE	PPR1	PPR2	PPR3	PPR4
A escola desenvolve atividades voltadas à EA?	“No momento não”.	“Algumas. Em 2019 foi iniciado o projeto Horta Escolar, mas não foi concretizado em virtude da pandemia da Covid-2019”(PCP)”.	Não se aplica	“No momento não”.	Não.	Não	Não
A escola possui área arborizada, horta ou outros espaços que se possam trabalhar EA?	A escola no momento não possui horta. Em 2019, pensou-se em desenvolver uma horta, porém veio a Pandemia da Covid-19 e esse projeto não pode seguir.	“Sim, a escola possui”.	Não se aplica.	A escola possui área arborizada de forma mediana, mas não possui horta”.	A escola tem sim área arborizada, inclusive com plantas frutíferas, muito espaço por trás da escola também, para plantar mais árvores (aqui tem bananeira, goiabeira e nós até nos beneficiamos delas) e fazer uma horta”.	A escola possui sim espaços arborizados, mas não horta”.	A escola tem um espaço que poderia ser usado para horta, mas esta não existe aqui. Eu até tive intenção de colocar esse projeto de horta para frente juntamente com alguns professores, mas infelizmente não houve um incentivo por parte da gestão.
Os docentes são incentivados a	“Sim, os professores são	“Na questão do autista, um	Não se aplica.	Não.	Não.	Não.	Não.

<p>trabalhem EA com seus alunos, sobretudo com TEA?</p>	<p>incentivados. Sobretudo com sequências didáticas, que seriam atividades com prazo menor de tempo para realizarem essas atividades.</p>	<p>projeto voltado especificamente para ele, não. Faz-se pequenos projetos direcionados à escola, não unicamente neles, inserindo-os nesses projetos, sendo respeitado as suas limitações”.</p>					
<p>Quais são as ações realizadas pela escola para a concretização da educação inclusiva?</p>	<p>“Apesar das limitações, a escola sempre procura buscar junto a SEMED um profissional de apoio para acompanhar o aluno com as necessidades especiais. Esse auxiliar, participa de formação continuada para lidar melhor com o cotidiano desses alunos”.</p>	<p>“A questão da limpeza, a conservação dos prédios públicos, pequenos plantios na semana do Meio Ambiente”.</p>	<p>A solicitação de profissionais auxiliares de sala para acompanhar os alunos com TEA.</p>	<p>Não se aplica.</p>	<p>Não se aplica.</p>	<p>Não se aplica.</p>	<p>Não se aplica.</p>
<p>Tipo de material/recurso didático disponibilizado para os trabalhos de inclusão com alunos TEA.</p>	<p>Trabalho com a coordenação motora com matérias de encaixe”. Trabalho incentivando a autonomia</p>	<p>Na sala do AEE, o profissional presente é que pensa, juntamente com sua equipe de auxiliares, os trabalhos que</p>	<p>Esse tipo de escolha de material é de função do AEE.</p>	<p>Apenas recursos como o quadro, o livro didático, atividade xerocada mais adaptada para esses alunos</p>	<p>Eu não tenho nenhum recurso didático e nem a escola me oferece e nem a prefeitura</p>	<p>A gente usa mais o visual, as figuras, trabalha com a ligação de números e a coordenação motora.</p>	<p>A gente trabalha com um profissional que acompanha esses alunos com autismo</p>

		desses discentes para se usar o banheiro, uma lixeira, enfim. Isso impede um pouco de se pensar atividades pedagógicas a serem aplicadas com tais estudantes”.	devem ser feitos com esses discentes		(trabalhadas na sala de AEE).	(SEMED) oferece”.		(Não tenho formação para tal). E a gente recebe umas orientações, mas são muito poucas. E infelizmente, alguns alunos não têm nem auxiliares.
--	--	--	--------------------------------------	--	-------------------------------	-------------------	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (dados da pesquisa, 2023).

Embora a EA na rede municipal de Ensino de Maceió tenha uma trajetória de quase três décadas (Rodrigues *et al.*, 2022), pode-se observar nas respostas dos entrevistados que as atividades voltadas para essa temática não ocorrem. Todos os participantes foram unânimes em afirmar que elas não ocorrem, salvo a iniciativa da inserção do Projeto Horta, que não pôde ser concretizada em virtude da pandemia de Covid-19. Essa realidade também se iguala ao que foi posto no Quadro 2 do questionário ao qual foram submetidos os participantes da pesquisa.

Quando perguntado sobre a presença de ambiente arborizado ou com horta na escola, os participantes afirmaram existir sim espaços arborizados ou até de forma mediana a presença de árvores, agora que não há horta.

No quesito incentivo aos docentes para se trabalhar EA com os discentes, em especial com quem apresenta TEA, a gestão respondeu que há incentivo, exemplificou até o uso de sequências didáticas. Já a coordenação pedagógica, menciona incentivar o corpo docente nesse trabalho, mas não é específico para quem apresenta TEA. No entanto, a psicologia e os participantes professores mencionaram que não há esse incentivo. Esse mesmo cenário pôde ser percebido no Quadro 2 deste trabalho.

Em relação as ações na escola para a concretização da educação inclusiva, essa questão não foi aplicada para o corpo docente. As pessoas que responderam a esse questionamento informaram que a forma de garantir isso é através da solicitação junto a SEMED de auxiliares de sala capazes de lidar com estudantes TEA. O PCP mencionou que é importante instruir esses meninos a desenvolverem autonomia com as atividades de rotina do cotidiano, como a limpeza do ambiente, a conservação dos prédios.

Nas entrevistas ficou perceptível que a ideia de EA, que a maior parte dos participantes da pesquisa apresenta, está mais associada a preservação dos recursos, a manutenção do ambiente limpo ou a criação de uma horta. Ou seja, essa maioria dos participantes não percebe que a EA tem estreita relação com a realidade sociocultural de cada sujeito e que isso precisa ser abordado preferencialmente de maneira multidisciplinar. Isso é relatado por Pimentel *et al.* (2016), como uma deseducação ambiental, isto é, uma prática de ensino dentro das temáticas ambientais realizada pelo docente sem poder mobilizador que não leva os alunos a refletirem sobre suas atitudes. Elas também constaram ainda, em seu estudo, que a EA trabalhada nas escolas atuais não educa para a cidadania, já que não constrói a

possibilidade da ação política. Formando assim uma coletividade não responsável pelo mundo que habita. Agora, relacionar as temáticas EA e Educação Inclusiva se torna um desafio para a escola.

E por fim, dos questionamentos em comum da entrevista, o tipo de material disponibilizado para a inclusão com alunos TEA, os participantes PG e PPR3 enfatizaram a importância do trabalho com a coordenação motora, sendo que o primeiro mencionou materiais de encaixe. Já as pessoas PCP, PPE e PPR1 mencionaram o uso da sala de AEE. O participante PPR1 citou ainda o uso de atividades xerocadas adaptadas para os alunos com TEA, o uso de quadro e livro didático. O PPR2 diz não receber material nenhum para o trabalho com esses alunos. Já para PPR4, quem executa o trabalho com esses estudantes é o auxiliar de sala, uma vez que ele não apresenta formação na área que o possibilite inserir estudantes TEA no processo.

Apesar de não ter ficado muito claro nas respostas a forma como os participantes da pesquisa concebem o tipo de material adequado para o trabalho com estudantes com TEA, bom como as estratégias metodológicas para inseri-los no processo, uma ideia que eles têm em comum (ainda que de forma subjetiva para alguns participantes) é a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para esse grupo de discentes.

Perceber a concepção de educação inclusiva, de acordo com Lima (2022), é abranger o processo educacional como um todo, e as políticas públicas devem estar envolvidas nisso a fim de estruturar sistemas de ensino que pense a organização escolar de modo a superar o modelo de integração em classes sociais. A mesma autora enfatiza ainda que o próprio documento Guia de Educação Especial (Maceió, 2016) mostra a necessidade da escola em respeitar o seu papel social, estabelecendo propostas pedagógicas que valorize as diferenças, a oferta de escolarização nas classes comuns do ensino regular. Atendendo, portanto, as necessidades específicas do alunado, com metodologias, materiais didáticos, equipamentos tecnológicos que venham atender as especificidades desses sujeitos.

Vale destacar que a configuração da educação especial em Maceió começou a ocorrer no final de 1998 e início de 1999, conforme Lima (2022). Assim, se passaram mais ou menos duas décadas e esse tema ainda “engatinha” na cidade.

Em 1999, houve a II Jornada de Educação Especial em Maceió (Lima, 2022), que buscou desenhar um documento que garantisse o respeito a diversidade a partir

das diretrizes comuns à rede, em suma, que garantisse o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais na escola e sua permanência nela, além da formação continuada para os professores.

No entanto, não foi o que pôde ser visto na escola onde ocorreu a pesquisa, uma vez que os professores entrevistados relataram não conseguir desenvolver atividades efetivas que dentro da sala de aula que pudessem incorporar os alunos com TEA no processo. Alguns desses profissionais relataram a importâncias do AEE para auxiliar o corpo docente nesse trabalho. Contudo, na própria escola não há um profissional contratado para exercer essa função. E o olhar para EA para os entrevistados está mais associada as questões de preservação, plantio de mudas, conservação dos recursos. Na presente pesquisa, nenhum dos entrevistados reforçou o trabalho da temática ambiental voltado para o contexto sociocultural, uma vez que ela envolve questões ética, cultural e política (Nogueira, 2019).

Ainda abordando a questão referente a estrutura necessária para se realizar a educação inclusiva, Lima (2022) enfatiza a importância da criação do Programa de implantação de salas de Recursos Multifuncionais, sendo instituído pelo MEC/SEESP, por meio da Portaria Ministerial, nº13/2007, o qual integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tem como objetivo apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos alunos com deficiências, transtornos ou superdotação. (Brasil, 2010, p. 9). Agora, enquanto existe um regimento que garante o acesso do aluno com necessidades especiais ao AEE, na escola em que se realizou a pesquisa existe esse espaço, mas não há o profissional especializado para atuar nesse ambiente. Daí fica complicado o trabalho integral com os alunos com TEA ou com outra necessidade. Ressaltando-se que o AEE deve ser um complemento das atividades do aluno, ocorrendo em horários contrários ao período de estudo dele, para não interferir no seu desenvolvimento em sala de aula com os demais estudantes.

4.5 IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSIVA PARA OS ALUNOS COM TEA NA ESCOLA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Um dos grandes desafios relatados pela equipe entrevistada foi a falta de formação de seus profissionais para lidar com alunos que possuem TEA. Moser *et al.*

(2021), relatam em seu trabalho que, na escola com pouca preocupação na formação continuada de seus educadores, poderá apresentar uma baixa qualidade no atendimento e não contribuir de forma efetiva no desenvolvimento dos sujeitos, ocasionando mais déficit nas aprendizagens.

O participante PCP disse que os desafios são grandes, e vão desde a falta de material adaptado para esses alunos, à carência de profissionais mais sensíveis e capacitados para o trabalho com esses estudantes. Mas, não relacionou essa realidade com a EA. Para o participante PG os desafios são vários: tanto a EA quanto a educação inclusiva são desafiadoras por si só. Desde a falta de recursos até profissionais capacitados para se trabalhar com esses estudantes. Inclusive, a escola se encontra sem o profissional da sala de AEE já há um ano e meio. Assim, a escola assume uma responsabilidade muito grande. E penso que associar a EA à educação inclusiva acaba se tornando uma utopia, mas que com boa vontade pode ser conquistada.

O profissional PP mencionou que dois focos da educação (especial e ambiental) precisam ser melhor construídos e a relação entre eles, já seria um passo de qualidade maior. Falta um trabalho significativo na temática ambiental como as questões de higiene, melhor uso da água, visita aos nossos biomas, ou seja, a relação de vida e meio ambiente.

Os docentes da escola relataram que os desafios são diversos, como a carga horária inadequada para realizar planejamento. É importante enfatizar que os estudantes com TEA precisam ter um planejamento educacional individualizado (PEI), conforme Lima (2022). Outro desafio apontado foi que, no geral, as aulas não são sequenciadas, sem contar a falta de formação adequada para o professor trabalhar com alunos com TEA. Outro desafio pontuado, foi que falta um olhar para atender as necessidades dos estudantes com TEA por parte da SEMED, acrescentado que há ainda a falta de recursos, de laboratório multimídia. Um outro desafio mencionado foi a falta de participação dos alunos, mas sem especificar como seria essa participação. E a omissão do poder público em dar suporte no desenvolvimento de serviços que assegurem de fato a promoção da Educação Inclusiva associada a EA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de EA que se tem na escola onde se realizou a pesquisa é mais voltada a preservação e conservação dos recursos ou ainda a construção de uma horta. Não que isso não esteja dentro da temática, mas é um pensamento centralizado nessa questão.

Além disso, não foi abordado por nenhum dos participantes um projeto verdadeiramente efetivo no trabalho com EA, até porque esta visa o trabalho que envolva todos os participantes e manter atenção permanente a formação de valores, atitudes e habilidades que estabeleçam a atuação individual e coletiva voltada a preservação, a identificação e solução de problemas ambientais (Pimentel *et al.*, 2016).

No que tange a Educação Inclusiva, sobretudo aos estudantes com TEA, é crescente o número desses discentes matriculados na educação básica. No município de Maceió, por exemplo, há 1.730 de alunos TEA, segundo dados do último censo. Ou seja, é um número extremamente relevante e se faz necessário a práticas de estratégias pedagógicas que incorporem de forma efetiva esses estudantes no processo de aprendizagem, fortalecendo suas habilidades e aperfeiçoando suas limitações.

Foi possível verificar que, embora haja no município de Maceió documentos que estabeleçam normas para o trabalho com a educação inclusiva, a efetivação de como isso pode ser feito ainda é um desafio para a escola. Na escola pesquisada, a maior parte dos participantes tem ideia das características peculiares de um estudante com TEA, sobretudo as limitações na interação social, mas ainda há muitas dificuldades em saber como lidar com essa dificuldade de interação, como também adequar conteúdo e material, especialmente se for relacionado a conteúdos de educação ambiental, transparecendo uma grande carência de formação que lhes assegure um trabalho cotidiano que realmente consiga incluir tais alunos, já que para o corpo docente entrevistado falta formação continuada que lhe assegure o trabalho cotidiano com tais alunos. Devido a isso, “coloca-se” a responsabilidade de inserção desse aluno no processo de aprendizagem para o AEE, que momento da realização desse trabalho não tem um profissional contratado na escola.

Contudo trazer a proposta da EA para educação inclusiva, especificamente alunos com TEA, implica em ter que apresentar uma estratégia metodológica no

trabalho docente que possa incorporar esses estudantes no processo, garantindo sua formação integral. Importante destacar que trabalhar educação inclusiva envolvendo dois elementos bastante desafiadores, alunos com TEA e EA, especialmente quando não se conhece o suficiente sobre os temas.

A partir do exposto acima fica a reflexão para a escola, a sociedade e o poder público: como estão ocorrendo as ações nas temáticas ambientais no ensino formal e como este está efetivamente incorporando discentes com TEA no processo de aprendizagem dentro do ambiente escolar?

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.949/2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

BRASIL. **LEI Nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm

BRASIL. **LEI Nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. **LEI no 9.795**, de 27 de Abril de 1999

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 28. ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Ministério de Educação e do Desporto-MEC**. Parâmetros Curriculares da Educação, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2022**. 2022.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>

CASCINO, Fabio. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIMENO SACRISTÁN, José. Tendências investigativas na formação de professores. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 21-28, jul./dez. 2002.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, G. C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente e Sociedade**, ano 2, n. 5, 1999.

LIMA, N. M. L. **A Educação Especial para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no município de Maceió-AL: uma análise documental**. Tese (Doutorado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.

LIMA, N. L.; MORONG, F. F. A relação do autismo com o meio ambiente e a educação ambiental: breves comentários. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 01, nº Especial 2, jul/dez 2017.

LOUREIRO, C. F. B. Abordagens metodológicas em Educação Ambiental. In: ARAÚJO, M. L.; SILVA, M. L. (Orgs.). **Múltiplas falas, saberes e olhares: os Encontros de Educação Ambiental no Estado do Pará**. Belém: SECTAM, 2005. p. 85-103.

MORAN, José M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papyrus, 2007.

MOREIRA, M. de L. da S. **Práticas Pedagógicas Comunicacionais e Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro Autista, nas Escolas Municipais de Maceió-AL**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Perturbação da Linguagem) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2022.

MOSER, Carla Coutinho; GARCIA, Narjara Mendes; CHAGAS, Priscila Wally. Olhar ecológico sobre a mediação no processo de inclusão na educação infantil. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 26, n. 56, p. 71-93, jan./abr. 2021.

NOGUEIRA, Ítalo Camilo da Silva. **Educação ambiental inclusiva: a criação de um brinquedo para as pessoas com autismo - estimulando a aprendizagem sobre coleta seletiva de resíduos sólidos**. 2019. Tese (Tecnologia Ambiental do Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnologias) Universidade de Ribeirão Preto, SP. Ribeirão Preto, 2019.

NUNES, Luis Henrique Marins Nogueira *et al.* A IMPORTÂNCIA DOS USOS DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA VOLTADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA - COVID-19. **Anais do CIET:EnPED:2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância)**, São Carlos, ago. 2020.

ISSN 2316-8722. Disponível em:

<<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1044>>. Acesso em: 06 dez. 2023.

OLIVEIRA, Andreia Margarida Boucela Carvalho de. **Perturbação do espectro de autismo**: a comunicação. Porto: ed. Porto, 2009.

OLIVEIRA, E. M. de. A crise ambiental e suas implicações na produção do conhecimento. In: QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2002. p. 75-90.

OLIVEIRA, Alini Nunes de; DOMINGOS, Fabiane de Oliveira; COLASANTE, Tatiana. **Reflexões sobre as práticas de Educação Ambiental em espaços de Educação Formal, Não- Formal e Informal**. Revbea, São Paulo, v. 15, 2020.

PEDRINI, Alenxandre de Gusmão (Org.). **Educação Ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis: vozes, 1997.

PENTEADO, H. D. **Meio Ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTEL, Angélica Kelly dos Santos; ARAÚJO, Kássia Karina Silva de; MONTENEGRO, Sineide Correia Silva. Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Maceió, Alagoas: práticas, pessoas e pedras no caminho. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Natal. Anais eletrônicos... Natal: Centro de Convenções, 2016.

RIBEIRO, Daniela Mendonça; MELO, Nínive Rodrigues Cavalcanti de; SELLA, Ana Carolina. A inclusão de estudantes com autismo na rede municipal de ensino de Maceió. **Revista Educação Especial**, vol. 30, núm. 58, pp. 425-440, 2017.

RODRIGUES, Christianne Sâmia Lins et al.. A trajetória da educação ambiental na rede municipal de ensino de maceió. **Anais VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/90178>>. Acesso em: 05/12/2023 22:30.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. (Orgs.). **Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.

SILVA, M.; MULICK, J. A. **Diagnosticando o transtorno autista**: aspectos fundamentais e considerações práticas. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009.

SOUZA, Soraya Tavares de. **Relação teoria-prática na perspectiva do professor iniciante nos anos iniciais do ensino fundamental.**

UNESCO. Declaração de Salamanca. **I Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais.** 1994. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 16/09/2023.

ZAKRZEVSKI, Sônia Balvedi. **A educação ambiental na escola: abordagens conceituais.** Erechim: Edifapes, 2003.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Questionário 1 – A ser aplicado a todos os participantes (gestor/a, professores/as, pedagogos/as e/ou psicólogos/as).

NÚMERO	QUESTÕES
	Percepção sobre a prática da educação ambiental.
1	A escola desenvolve projetos voltados à educação ambiental?
2	Em sua concepção, quais estratégias devem ser aplicadas no trabalho com estudantes que apresentem transtorno do espectro autista (TEA)?
3	Qual a importância do desenvolvimento da temática da educação ambiental para a comunidade escolar, sobretudo para os alunos com TEA?
4	Há Atuação da equipe gestora na implementação e realização das atividades da Educação Ambiental.
5	A escola possui área arborizada, horta ou outros espaços utilizados para trabalhar Educação Ambiental?
6	Quais são as principais características observadas em aluno com TEA?
7	Existe incentivo aos professores para o desenvolvimento de projetos ambientais incluindo os alunos com TEA?
8	Que tipo de material pedagógico é disponibilizado para o trabalho com a inclusão de aluno com TEA?
9	Quais desafios são enfrentados para se trabalhar educação ambiental na escola, sobretudo com alunos que apresentam TEA?

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA AS ENTREVISTAS

QUESTÕES PARA A/O PSICÓLOGA/O

Formação:

Área de especialização:

1. Quantos alunos com o Transtorno de Espectro Autista (TEA) você já atendeu nessa escola?
2. Quantos alunos com TEA estão atualmente nos anos finais do Ensino Fundamental nessa escola?
3. Todos os diagnosticados envolvendo o TEA nessa escola apresentam as mesmas características?
4. Quais as principais características observadas por você em alunos com TEA nessa escola?
5. Que tipo de material pedagógico é disponibilizado para o trabalho com a inclusão de alunos com TEA?
6. Você acredita que o material disponível na escola seja suficiente? Como é feita a escolha desse material?
7. Quais são as ações realizadas pela escola para a concretização da educação inclusiva?
8. Quais são os principais desafios ao diálogo entre a educação ambiental e educação inclusiva?

QUESTÕES PARA ENTREVISTAS COM O/A GESTOR/A

Formação:

Área de especialização:

Tempo de serviço na instituição:

1 - Qual é a sua percepção sobre a prática da educação ambiental no contexto escolar?

2 - A escola desenvolve atividades relacionadas à temática ambiental?

Sim Não

Se a resposta for sim, descreva as atividades realizadas.

3 - Você considera importante o desenvolvimento dessa temática para a comunidade escolar, especificamente para os alunos com TEA?

Sim Não em parte

4 - A escola possui área arborizada, horta, ou outros espaços que poderão ser utilizados para trabalhar a Educação Ambiental?

5 - Os professores são incentivados a trabalharem pequenos projetos que incentivam o aluno com TEA a desenvolver consciência ou atividades ambientais?

6 - Quais são as ações realizadas pela escola para a concretização da educação inclusiva?

7 - Que tipo de material pedagógico é disponibilizado para o trabalho com a inclusão de alunos com TEA?

8 - Você acredita que o material disponível para o trabalho com a inclusão de alunos com TEA seja suficiente? Como é feita a escolha deste material?

9 - Quais são os desafios para trabalhar a educação inclusiva associada à educação ambiental no contexto da escola?

QUESTÕES PARA ENTREVISTAS COM A/O COORDENADOR/A PEDAGÓGICA/O

Formação:

Área de especialização:

Tempo de serviço na instituição:

1 - Qual é a sua percepção a respeito da educação ambiental no contexto escolar?

2 - A escola desenvolve atividades relacionadas à temática ambiental?

() Sim () Não

Se a resposta for sim, descreva as atividades realizadas.

3 - A escola possui área arborizada, horta, ou outros espaços que poderão ser utilizados para trabalhar Educação Ambiental?

4 - Os professores são incentivados a trabalharem pequenos projetos que incentivam o aluno com TEA a desenvolver consciência ou atividades ambientais?

5 - Quais são as ações realizadas pela escola para a concretização da educação inclusiva?

6 - Que tipo de material pedagógico é disponibilizado para o trabalho com a inclusão de alunos com TEA?

7 - Você acredita que o material disponível para o trabalho com a inclusão de alunos com TEA seja suficiente? Como é feita a escolha deste material?

8 – Os docentes da escola, no geral, incluem de forma efetiva os alunos com TEA em suas atividades ou projetos?

9 – Os estudantes com TEA exploram outros espaços na escola, além da sala de aula, para ampliar seu repertório de conhecimento?

Se sim, de quais formas?

10 – O trabalho pedagógico realizado com os discentes com TEA são sempre trabalhados da mesma forma pelos professores?

() Sim () Não () em parte

Observações (opcional):

11 - Quais são os desafios para trabalhar a educação inclusiva associada à educação ambiental no contexto da escola?

QUESTÕES PARA ENTREVISTAS COM O/A PROFESSOR/A

Formação:

Área de especialização:

Tempo de serviço na instituição:

1- Qual é a sua percepção sobre a prática da educação ambiental no contexto escolar?

2 - A escola desenvolve atividades relacionadas à temática ambiental?

() Sim () Não

Se a resposta for sim, descreva as atividades realizadas.

3 -. Você tem conhecimento sobre o conceito e do objetivo da Educação ambiental?

() Sim () Não () em parte

4 - Você considera importante o desenvolvimento dessa temática (educação ambiental) para a comunidade escolar, especificamente para os alunos com **TEA** autistas?

() Sim () Não () em parte

5 - A equipe gestora tem atuado efetivamente na implementação e realização das atividades da EA (Educação Ambiental)? () Sim () Não () em parte

6 - Você é incentivado a desenvolver pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos?

7 - A escola possui área arborizada, horta, ou outros espaços que poderão ser utilizados para trabalhar Educação Ambiental?

8 – Quais recursos didáticos você costuma usar para trabalhar com estudantes que apresentam TEA (Transtorno do Espectro Autista)?

9 – Você trabalha educação ambiental em forma de tema ou projeto com outro componente curricular, além do seu?

Se a resposta for sim, descreva as atividades realizadas.

10 – Quais são os principais desafios encontrados no cotidiano para se trabalhar educação inclusiva associada à temática ambiental?